DIÁRIO
da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

Sessão Plenária Comemorativa dos 50 Anos da Autonomia das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira

REUNIÃO DE 26 DE JUNHO DE 2026

Presidente: Ex.mo Sr. José Pedro Correia de Aguiar-Branco

Secretários: Ex.mos Srs. Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
José António Ribeiro de Carvalho
Joana Fernanda Ferreira de Lima
Maria Germana de Sousa Rocha

S U M Á R I O

Após a execução do hino nacional, que foi cantado e aplaudido, de pé, pelos presentes, o Presidente declarou aberta a Sessão Plenária Comemorativa dos 50 Anos da Autonomia das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (extrato do cerimonial oficial) às 10 horas e 4 minutos.

Procedeu-se à leitura do Projeto de Voto n.º 632/XVII/1.ª (apresentado pelo PAR) — De saudação pelos 50 anos das autonomias regionais, cuja parte deliberativa (*a*) foi aprovada, com aclamação.

Seguiram-se intervenções dos Deputados Filipe Sousa (JPP), Inês de Sousa Real (PAN), Fabian Figueiredo (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Alfredo Maia (PCP), Filipa Pinto (L), Mário Amorim Lopes (IL), Francisco César e Emanuel Câmara (PS), Francisco Gomes e Ana Martins (CH)

e Paulo Moniz (PSD), do Presidente do Governo Regional da Madeira (Miguel Albuquerque), do Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro), da Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Madeira (Rubina Leal), do Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores (Luís Garcia) e do Presidente da Assembleia da República.

A sessão foi encerrada eram 12 horas e 26 minutos, tendo a Banda da Guarda Nacional Republicana executado o hino nacional, que foi cantado e aplaudido, de pé, pelos presentes.

(*a*) Esta votação teve lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

Após ter sido constituída a Mesa, a Banda da Guarda Nacional Republicana, colocada nos Passos Perdidos, executou o hino nacional, que foi cantado, de pé, pelos presentes.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 4 minutos.

Dou as boas-vindas a todos os convidados que estão a assistir a esta nossa sessão especial.

Vou dar a palavra ao Sr. Secretário da Mesa, para a leitura do Projeto de Voto n.º 632/XVII/1.ª (apresentado pelo PAR) — De saudação pelos 50 anos das autonomias regionais.

Peço a atenção das Sr.as e dos Srs. Deputados.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, passo a ler o projeto de voto:

«Completam-se, em 2026, 50 anos sobre a consagração das autonomias regionais dos Açores e da Madeira.

A autonomia regional é uma conquista da própria Constituição de 1976, que, no seu artigo 6.º, define Portugal como um Estado unitário que "respeita na sua organização e funcionamento o regime autonómico insular e os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública". A autonomia é, aliás, um dos limites materiais à revisão constitucional, o que expressa a sua relevância no quadro institucional português.

Ao longo de meio século, a autonomia regional tem permitido boas práticas de descentralização e proximidade no exercício do poder. O seu reconhecimento efetivo tem contribuído para o desenvolvimento económico, cultural e humano dos Açores e da Madeira, com avanços significativos na qualidade de vida das populações, na coesão territorial e na afirmação das suas identidades próprias.

A Assembleia da República, reunida em Plenário, saúda os 50 anos da autonomia regional. Rende homenagem a todas as pessoas que, no continente e nas ilhas, na esfera nacional e no âmbito regional, trabalharam pelo reforço e pela concretização deste princípio. Reconhece a relação cooperativa e leal que tem existido entre os diferentes órgãos e níveis de governo. Evoca ainda a profunda complementaridade que une a identidade regional e a pertença nacional, e que tem contribuído para reforçar o projeto comum de Portugal.»

O Sr. **Presidente**: — Sr.as e Srs. Deputados, vamos votar a parte deliberativa deste projeto de voto.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Aplausos gerais, de pé.

Vamos agora passar à fase das intervenções e dou a palavra, para a primeira intervenção, ao Sr. Deputado Filipe Sousa, do Juntos pelo Povo, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.ª Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira, Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sr. Ministro da Presidência, em representação do Sr. Primeiro-Ministro, Sr.ª e Sr. Representantes da República para as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, Srs. Presidentes dos Governos Regionais da Madeira e dos Açores, antigos Srs. Presidentes dos Governos Regionais da Madeira e dos Açores, altas autoridades civis, militares e religiosas, ilustres convidados, Sr.as e Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores: Permita-me, Sr. Presidente, deixar aqui uma palavra muito sentida de solidariedade para com o povo venezuelano, que, neste momento de sofrimento,…

O orador, comovido, interrompeu o discurso.

Aplausos gerais.

Peço desculpa.

Neste momento de sofrimento, o povo venezuelano atravessa um enorme drama que aflige muitos dos nossos conterrâneos, a quem expresso aqui a minha total solidariedade.

Aplausos gerais.

Mas hoje é dia de festa: assinalamos 50 anos de um dos momentos mais transformadores da nossa democracia: a consagração das autonomias das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. São 50 anos de um caminho que não foi oferecido; foi conquistado, construído e afirmado por povos que sempre souberam o que queriam — respeito, dignidade e capacidade de decidir o seu próprio destino.

Falar de autonomia não é falar de privilégio, é falar de justiça; é reconhecer que a distância não pode ser sinónimo de desigualdade; é aceitar que o País não se esgota no continente e que a riqueza de Portugal também se mede pela diversidade da riqueza das suas terras e na força das suas diferentes regiões; é não esquecer nunca que Portugal tem projeção atlântica, dimensão marítima e relevância geoestratégica, o que lhe confere peso dentro da União Europeia e na NATO (North Atlantic Treaty Organization), graças às suas regiões autónomas.

Portugal multiplica a sua zona exclusiva, reforça a sua centralidade no Atlântico e assume importância nas rotas marítimas, na vigilância, na segurança e na defesa graças às suas regiões autónomas.

Ao longo destas cinco décadas, a autonomia mostrou ser uma ferramenta de progresso. Trouxe desenvolvimento económico, reforçou a identidade cultural portuguesa e permitiu respostas mais próximas das populações, mas sejamos claros: a autonomia não é um ponto de chegada, é um processo em constante construção. É aqui que devemos ser frontais, como tantas vezes já fui nesta Casa da democracia. Ainda há muito por fazer, é preciso continuar a desbravar o enorme caminho.

Persistem ainda desigualdades estruturais, persistem desigualdades sociais, muitas delas fruto de opções políticas erradas, que sempre repudiei. Persistem limitações financeiras que condicionam a ação dos Governos regionais. Persistem, por vezes, decisões centralistas que ignoram a realidade insular.

É por isso, Sr.as e Srs. Deputados, que digo que não é compatível com o espírito real da nossa autonomia. Não podemos celebrar 50 anos de autonomia e, ao mesmo tempo, aceitar que madeirenses e açorianos continuem a enfrentar os elevados custos e dificuldades de mobilidade, aérea e marítima, e constrangimentos que não são sentidos de igual forma no resto do País.

A autonomia vai exigir confiança e construir-se com enorme responsabilidade, mas também com respeito institucional. Não pode haver uma autonomia plena se houver tutela excessiva, mas também não pode haver igualdade se houver discriminação indireta.

Hoje, Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, mais do que celebrar o passado, devemos comprometer-nos com o futuro — um futuro onde a autonomia seja aprofundada, onde os instrumentos financeiros sejam mais justos e onde as regiões tenham voz ativa nas decisões que importam diretamente às suas populações.

A autonomia não divide o País, fortalece-o; não fragiliza o Estado, aproxima-o dos cidadãos, acima de tudo. E 50 anos depois, a melhor homenagem que podemos prestar àqueles que lutaram pela consagração da autonomia é continuar a aprofundá-la com ambição, responsabilidade e confiança no futuro.

Que saibamos honrar esse legado, reforçando a capacidade de decisão das nossas regiões e garantindo mais justiça para quem vive nas ilhas.

Permita-me, Sr. Presidente, deixar aqui uma nota muito especial aos ex-Presidentes dos Governos regionais da Madeira, que, para além do povo insular, foram os grandes obreiros pelas conquistas que hoje temos em termos autonómicos — Dr. Alberto João, Dr. Carlos César, Dr. Mota Amaral, que não está presente, e Dr. Vasco Cordeiro —, para quem peço uma grande salva de palmas da parte de todos os presentes.

Aplausos do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do BE e do PAN.

Termino, Sr. Presidente, com duas frases muito sentidas.

Defender a autonomia é defender um Portugal mais coeso, mais equilibrado e mais forte. Faço-o com enorme orgulho, porque, acima de tudo, sou português de coração e autonomista de convicção.

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do L, do BE e do PAN.

O Sr. **Presidente**: — Hoje é um dia especial, e a tolerância também será especial, sem exageros.

Dou agora a palavra, para intervir, à Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do partido Pessoas-Animais-Natureza.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Ministro e demais membros do Governo, Srs. Representantes da República para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, Srs. Presidentes das Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, Srs. Presidentes dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira, Sr.as e Srs. Deputados, ilustres entidades, altas autoridades e distintos convidados: Permitam-me que adira às sentidas e solidárias palavras do Sr. Deputado Filipe Sousa em relação ao povo da Venezuela, mas também à comunidade portuguesa, em particular às famílias das vítimas, porque, infelizmente, também nós assinalamos hoje, com pesar, o trágico desfecho dos dois sismos que atingiram a região.

Mas hoje, como foi dito, é um dia de festa. Celebramos uma data de enorme significado para a democracia portuguesa. Entre um «idílio sonhado» nas terras açorianas de Antero e «a grande ilha da Madeira, / Que do muito arvoredo assim se chama» de Camões, encontramos no Atlântico duas das maiores preciosidades de Portugal e, em 1976, a singularidade destes arquipélagos e as legítimas aspirações autonomistas das populações foram plasmadas no espírito da Constituição portuguesa.

Mas a autonomia não nasceu por acaso. Foi o resultado de uma longa história, marcada pelas características geográficas, económicas, sociais e culturais, pela identidade própria de cada arquipélago e pela vontade dos açorianos, madeirenses e porto-santenses de comandarem os seus próprios destinos.

Essa autonomia deu frutos, com uma maior participação democrática dos cidadãos, na defesa dos interesses regionais e no desenvolvimento económico e social. A decisão deve estar próxima das realidades locais, para dar maior capacidade às estruturas de governação de desenvolverem políticas públicas eficientes e para estabelecer uma relação de confiança entre quem elege e quem é eleito.

Estes 50 anos consolidaram as instituições democráticas, reforçaram a voz dos arquipélagos da Madeira e dos Açores no contexto nacional e europeu, e as assembleias legislativas e os Governos regionais são hoje uma expressão madura do pluralismo, que deve ser acarinhado e valorizado.

Mas é também tempo de falar do futuro e dos desafios que nos colocam as alterações climáticas, a sustentabilidade dos recursos naturais, a coesão territorial — de que tantas vezes falamos —, a mobilidade, a preservação das espécies e a proteção animal.

Os Açores e a Madeira são territórios de elevada riqueza ambiental. São guardiões de ecossistemas únicos e de uma biodiversidade singular numa vasta área marítima. A proteção desde a Floresta Laurissilva à Lagoa das Sete Cidades, a preservação das espécies terrestres e marítimas e a defesa do ambiente devem continuar a afirmar-se como uma responsabilidade comum e uma prioridade estratégica, em consonância com o dever constitucional de proteger e valorizar os recursos naturais para benefício das gerações presentes e futuras.

Na sua condição de arquipélagos, os Açores e a Madeira já começam a sentir pressão, não só do ponto de vista social como também das alterações climáticas, e serão dos primeiros a sofrer os efeitos mais adversos do aquecimento global. A subida do nível médio das águas do mar e o aumento de tempestades intensas podem colocar em risco os arquipélagos.

Mais do que palavras bonitas, dar importância às regiões autónomas é protegê-las nas suas fragilidades e, sobretudo, investir nas suas potencialidades, trabalhando em conjunto para dar aos seus cidadãos uma vida melhor.

Sr.as e Srs. Deputados, Distintos Convidados, os 50 anos depois de ser consagrada a autonomia das Regiões Autónomas devem ser um espelho do nosso país: um país pequeno, mas diverso, acolhedor na diferença e defensor da liberdade e da democracia; e acima de tudo coeso, sem as assimetrias sociais e regionais que ainda persistem.

Celebrar a autonomia é honrar o caminho percorrido, mas é também assumir o compromisso de continuar a construir um País mais coeso, mais solidário e mais atento às realidades e aspirações de todos os seus territórios.

Cumpre, por isso, agradecer a todas e a todos aqueles que têm trilhado este caminho de coesão, também às Sr.as e Srs. Deputados regionais que nos agradeciam hoje com a sua presença — e permitam-me, em particular, que cumprimente o nosso Deputado regional —, e, acima de tudo, relembrar que sem um compromisso a partir deste Parlamento não vamos estar a honrar o legado destes 50 anos.

Vivam as regiões autónomas, viva Portugal!

Aplausos do PSD, do PS, do L, do BE e do JPP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda, para uma intervenção.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Presidentes das Assembleias Legislativas dos Açores e da Madeira, Srs. Presidentes dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira, Srs. Deputados das Assembleias Legislativas dos Açores e da Madeira, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, distintos convidados: Há frases que uma comunidade escolhe para se dizer de si mesma. A dos Açores está inscrita no brasão e vem de longe: «Antes morrer livres que em paz sujeitos». Foi escrita em 1582, numa carta de Ciprião de Figueiredo a Filipe II de Castela, a recusar entregar a ilha Terceira a troco de mercês. Quatro séculos e meio depois, esse fio junta-nos aqui. E reparem na inversão, a frase invoca a morte, mas o que celebramos é a vida, porque o que ela diz, no fundo, é simples: a dignidade não se rende. Há um futuro que só se escreve em casa, não se recebe imposto de fora: Não se encontra a paz na sujeição.

A autonomia da Madeira e dos Açores foi exatamente isto, a recusa de uma tutela que se julgava natural e nunca o foi. E não nasceu, em 1976, do nada; nasceu de uma longa história de gente que nunca baixou a cabeça.

Na Madeira, na Revolta da Farinha, em 1931, e na Revolta do Leite, em 1936, foram camponeses, gente simples, pequenos produtores a levantarem-se contra monopólios, decretados em Lisboa, que lhes tiravam o pão e o leite das mãos.

A repressão da ditadura foi brutal — centenas de presos e mortos; o Forno do Lazareto —, mas a memória ficou, porque o centralismo autoritário não era só administrativo, era uma desconfiança quanto à capacidade de as pessoas se governarem a si próprias. A democracia respondeu a essa desconfiança com a coisa mais corajosa que uma democracia pode fazer: confiar nas pessoas.

A democracia reconheceu ao povo o direito a decidir sobre aquilo que é seu, e é aqui que está a lição que 50 anos confirmam, contra todos os profetas da fratura.

A autonomia uniu Portugal, deu-nos mais democracia e mais coesão, porque a liberdade comporta-se como a ressonância: uma corda que vibra põe a vibrar as que estão ao lado, e o som não se divide, amplia-se. Assim é a liberdade de cada um, que faz ressoar a todos.

A liberdade de cada um reforça a liberdade de todos. O autogoverno de uma comunidade não enfraquece o País, completa-o. Somos mais fortes quando confiamos uns nos outros, muito mais fortes quando não nos dividimos — sempre fomos.

Natália Correia, micaelense da Fajã de Baixo, autora da letra do Hino dos Açores, escreveu que a personalidade açórica se fortalecia na sua invulnerabilidade à usura de um Estado centralizador, «que no seu narcisismo, se condena a afundar-se nas águas fatais da autocontemplação».

Na Madeira, Horácio Bento de Gouveia, que em *Ilhéus* pôs no centro da narrativa os lavradores e os pobres da ilha, sujeitos a um sistema de exploração de terra injusta e caduco. O detalhe aqui não é pequeno: esse romance foi censurado pela ditadura e só foi integralmente publicado em 1975, com o título *Canga*.

«E já nenhum poder destrói o poema», escreveu, de forma brilhante, o poeta madeirense Herberto Helder, porque a liberdade, antes de ganha forma nas instituições, chega às palavras, que deixam de ser proibidas.

Há quem se incomode quando, deste lado, se cita Natália Correia. Houve quem me apontasse o dedo por o ter feito no 25 de Abril, com a tese de que a esquerda não tem direito a invocá-la. É um equívoco revelador! Natália Correia não era domesticável por ninguém, nem por mim, nem pelo que agora a querem confiscar. Ela própria avisou que era imprestável para partidos. Quem a transforma num troféu, de um só lado, faz precisamente aquilo que ela mais detestava: reduzi-la a uma claque.

O sectário não é quem cita o adversário com respeito. O sectário é quem só aplaude o seu reflexo no espelho, quem reserva a vénia para quem pensa como ele. É essa a lição da nossa democracia constitucional e das nossas autonomias que, ainda hoje, 50 anos depois, alguns se recusam a aprender.

A grandeza mede-se pela capacidade de reconhecer o valor onde ele estiver, mesmo que esteja do outro lado da nossa sala.

E que país é este que a autonomia nos deixou ver inteiro? É o país do Porto Santo e do Corvo, a ilha mais pequena dos Açores — com 400 e poucas pessoas, uma vila, uma estrada —, que Gonçalo Tocha foi filmar e de onde trouxe um título perfeito: *É na Terra não é na Lua*. Não é na Lua, é aqui! É o homem que, durante 40 anos, escreveu num diário o nome de cada barco que chegou, de cada pessoa que nasceu e que morreu, para que a memória de uma ilha sem registos não se perdesse.

Isto é uma comunidade, e é para isto que a autonomia existe, para proteger o direito concreto de 400 pessoas, no meio do Atlântico, decidirem a sua vida e não serem governadas como se fossem um problema distante.

Sr. Presidente, por isso celebramos, não a morte corajosa que a velha frase invoca, mas a vida que ela tornou possível, 50 anos depois: açorianos e madeirenses a provarem que a liberdade que liberta é a que se realiza em cada um e em todos ao mesmo tempo.

A autonomia ensinou Portugal a confiar mais na sua gente. Falta estender essa confiança ao resto, à habitação, ao trabalho, à saúde e à terra, porque a autodeterminação de uma comunidade só fica completa quando a liberdade de decidir vem acompanhada dos meios para decidir, de facto, sobre a sua vida.

Sempre livres, nunca sujeitos.

Viva o povo dos Açores, viva o povo da Madeira, viva a democracia portuguesa.

Aplausos do PS e do L.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP, tem a palavra para intervir, dispondo de 5 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Ministros, Srs. Representantes da República, Sr. Presidente e Srs. Deputados da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sr. Presidente e Srs. Deputados da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo da Região Autónoma da Madeira, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo da Região Autónoma dos Açores, autoridades presentes, Sr.as e Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores: Em nome do Grupo Parlamentar do CDS, expresso também aqui a nossa solidariedade com o povo venezuelano e com a comunidade portuguesa residente naquele país, com uma palavra especial para a comunidade madeirense que vive na Venezuela. Expressamos também, infelizmente — temos de o fazer já —, as condolências às famílias enlutadas, às famílias venezuelanas e às famílias portuguesas e lusodescendentes que perderam os seus mais próximos nesta enorme tragédia.

Sr.as e Srs. Deputados, há 50 anos, Maria José Sampaio, Deputada Constituinte do CDS, afirmou, e cito: «A autonomia política e administrativa dos Açores e da Madeira não pode compreender-se fora do princípio fundamental da democracia, que é o respeito pela soberania popular.»

As autonomias das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira não foram um presente, muito menos foram uma concessão. Foram o reconhecimento de um princípio básico pelo qual o CDS sempre se bateu, o princípio de que a proximidade do decisor da realidade torna melhor a decisão sobre ela. No fundo, o princípio fundamental da subsidiariedade.

Pouco tempo depois, em 1977, Adelino Amaro da Costa afirmou, nesta mesma Câmara, que os Açores e a Madeira são portugueses e os povos dos Açores e da Madeira têm, do patriotismo, a mesma noção que nós temos. Não haja dúvidas, Srs. Deputados, se não fosse a autonomia dos Açores e da Madeira, certamente que hoje existiria Portugal, existiria o arquipélago dos Açores e existiria o arquipélago da Madeira, mas não existiria a mesma continuidade e a mesma comunidade. Não seríamos o mesmo País, muito menos seríamos o mesmo País atlântico.

Se Portugal mantém a sua forte vocação atlântica, também e, especialmente, aos Açores e à Madeira a devemos. Se Portugal reclama com orgulho uma das maiores zonas marítimas do mundo, aos Açores e à Madeira o devemos.

A quem hoje fala sobre o custo da insularidade e da ultraperiferia, lembro que o CDS, desde a sua fundação, reconheceu essa existência, novamente nas palavras de Adelino Amaro da Costa, que dizia: «O preço social, cultural, político e económico da insularidade é coisa que todo o continental tem, normalmente, dificuldade em entender.»

A quem eventualmente queira aproveitar esta sessão solene para ganhos partidários nos arquipélagos, lembro que o CDS nunca criou lutas entre a afirmação das autonomias regionais e a afirmação da soberania nacional. Para nós, aprofundar as autonomias é afirmar a soberania.

É também por isso que o CDS tem orgulho em ter apresentado, em 2010, um projeto de revisão constitucional próprio, exclusivamente dedicado às autonomias. Pela mão do então Deputado à Assembleia da República José Manuel Rodrigues, foi o CDS que apresentou a iniciativa mais arrojada deste século, para aprofundar o estatuto político-administrativo das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, depois da Revolução, alguma esquerda olhava com desconfiança para as autonomias. O CDS viu exatamente o contrário, e, 50 anos depois, a história deu a sua resposta: já não discutimos se as autonomias foram um sucesso; discutimos como melhorá-las nos próximos 50 anos.

Discutimos as autonomias do futuro e, no CDS, fazemo-lo com a responsabilidade de quem participa na governação de ambas as regiões. O CDS tem muito orgulho nesse percurso. Fomos e continuaremos a ser um partido absolutamente empenhado nas nossas autonomias e no respeito pelo princípio da continuidade territorial; um verdadeiro partido autonomista. Somos construtores de pontes, garantes de estabilidade e voz de responsabilidade, e assim continuaremos a ser.

Alguns achavam que as autonomias iriam diminuir Portugal; nós acreditamos que só tornaram Portugal maior. O País é mais forte quando confia nos portugueses, estejam eles em Lisboa, em Ponta Delgada ou no Funchal, porque sabemos que é com liberdade que servimos a pátria que nos une, ontem, hoje e sempre: Portugal.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, podemos imaginar Portugal sem a especificidade das nossas regiões autónomas, mas não o imaginaremos mais rico. Podemos imaginar Portugal sem a projeção atlântica dos nossos arquipélagos, mas não o imaginaremos maior. Podemos imaginar Portugal sem a diversidade de cada uma das ilhas dos Açores e da Madeira, mas não o imaginaremos mais belo.

Viva a Região Autónoma dos Açores, viva a Região Autónoma da Madeira e viva, sempre e integralmente, Portugal.

Aplausos do PSD, do CH, do PS, da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado, e agradeço também pela aproximação ao tempo que lhe foi concedido.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do Partido Comunista Português, com 5 minutos para intervir.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Presidentes das Assembleias Legislativas e dos Governos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, Srs. Representantes da República para os Açores e para a Madeira, Srs. Ministros da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, Srs. Deputados, Srs. Convidados: Em primeiro lugar, em nome do PCP, permitam-me que expresse a mais fraterna solidariedade para com o povo venezuelano e para com a comunidade portuguesa na Venezuela.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, só com a Revolução de Abril foi possível conquistar as autonomias dos Açores e da Madeira, assentes nas características geográficas, económicas, sociais e culturais e nas históricas aspirações das populações insulares.

E isso só foi possível pelas dinâmicas sociais e políticas proporcionadas pelo processo revolucionário, com os princípios basilares da democracia e os valores audaciosos da participação democrática e da descentralização, que abriram caminho a uma solução inovadora de enquadramento político-administrativo das ilhas do Atlântico.

No contexto da Revolução do 25 de Abril e dos debates na Assembleia Constituinte, as autonomias impuseram-se como rutura revolucionária, com ulterior consagração constitucional, conjugando-se com democracia e com desenvolvimento.

O sistema autonómico regional, instituído em 1976, outorgando efetiva capacidade político-administrativa e órgãos próprios eleitos, foi, talvez, a mais profunda inovação constitucional na estrutura do Estado, transferindo-se da mera consciência da existência de especificidades e de contingências estruturais para a intervenção organizada, sob mediação institucional, em soluções adequadas aos territórios, e transmutou reivindicações em respostas institucionais apropriadas às respetivas singularidades.

A arquitetura do sistema autonómico regional é, a um tempo, um elemento constitutivo fundamental e inovador da organização administrativa do País e um fator de enriquecimento da globalidade do Estado democrático. Por isso, releva elevadas potencialidades para o desenvolvimento humano integral das suas populações.

Um sistema constitucional de autonomia insular, suportado em órgãos legislativos e executivos próprios, a par de uma representação da soberania e do Estado em cada região e da unidade com o Parlamento e com o Governo da República, corresponde a objetivos de participação democrática das populações, de desenvolvimento económico e social e de defesa dos interesses regionais e da unidade nacional.

Este modelo autonómico incorpora meios para potenciar o Governo próprio, aproveitar capacidades das regiões, atender às especificidades arquipelágicas, compensar desigualdades ou suprir desvantagens impostas pela insularidade distante.

A Constituição também consagrou deveres de solidariedade do Estado para com as regiões insulares, para responder à descontinuidade territorial e às desvantagens estruturais inerentes à natureza e às características desses territórios, promovendo a coesão económica e social do País.

Volvidos 50 anos sobre o ato institucional da autonomia, com a aprovação da Constituição de 2 de abril de 1976, as populações das autonomias enfrentam ainda problemas profundos e aguardam as justas respostas. Dos frágeis setores económicos aos transportes marítimos e aéreos, das acentuadas desigualdades sociais às assimetrias regionais, subsiste a insatisfação com a falta de soluções para problemas específicos regionais.

Mas não é no modelo constitucional da autonomia que essas desconformidades radicam, pois escasseiam políticas adequadas que tornem a autonomia regional eficaz no aproveitamento das potencialidades de progresso e de desenvolvimento.

Quando evocamos os 50 anos do sistema autonómico, há que reconhecer que a prática está longe de aproveitar todas as virtualidades abertas pelo sistema constitucional de 1976. Estão por explorar potencialidades favoráveis ao desenvolvimento humano, à coesão social e territorial e à qualidade da democracia, assim queiramos valorizá-las.

Aplausos do PCP, do PS, do L e do BE.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Filipa Pinto, do Livre, que dispõe de 5 minutos.

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes e antigos Presidentes dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira, Srs. Representantes da República nas Regiões Autónomas, Srs. Presidentes das Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: O Livre junta-se também à solidariedade para com o povo venezuelano e para com a comunidade lusodescendente que vive na Venezuela.

Quero começar por saudar os nossos concidadãos açorianos e madeirenses por estes 50 anos de autonomia que foi consagrada pela Constituição de 1976.

Celebramos hoje a data que representa o momento maior da nossa democracia, nascido da vontade de reconhecer com justiça a especificidade insular, que é uma das razões de ser de um país como Portugal, talvez o único país da nossa dimensão que tem uma projeção tricontinental, com a proximidade geográfica da Madeira ao continente africano e com algumas ilhas dos Açores já na placa continental americana.

Os arquipélagos deram muito à política e à cultura de todos nós, desde Presidentes da República, logo os primeiros, Manuel de Arriaga e Teófilo Braga, açorianos, até ao primeiro após o 25 de Abril, António de Spínola, filho de madeirenses, a Manuel Pestana Júnior, Ministro da República — que se saiba, o primeiro Deputado desta Casa a trazer um cravo vermelho como símbolo de ideais democráticos, há pouco mais de 100 anos, e liderou uma das primeiras revoltas contra a ditadura, a Revolta da Madeira, em 1931 —, e a alguns dos nossos melhores escritores e artistas.

Aplausos do L.

Permitam-me lembrar nesta Casa, que foi a sua, também, Natália Correia, açoriana, e Helena Marques, grande jornalista e romancista madeirense, que primeiro a partir do Funchal e depois aqui acompanhou o nascimento da nossa democracia.

Muito se construiu e muito se conseguiu. Graças à autonomia, foi possível construir respostas mais ajustadas às realidades insulares, desde a gestão de recursos naturais à valorização das economias locais, incluindo a defesa das suas identidades culturais.

A autonomia que hoje assinalamos permitiu aproximar as decisões dos cidadãos e traduzi-las em progresso social e económico, ainda que com assimetrias que não podemos ignorar.

Contudo, há ainda muito por construir. Não podemos deixar de reconhecer que persistem desafios profundos para as populações das regiões autónomas. A insularidade continua a significar custos acrescidos de mobilidade, dificuldades de acesso a bens e serviços e desigualdades estruturais que se refletem no custo de vida, na habitação e nas oportunidades para os mais jovens.

Mantêm-se ainda vários constrangimentos no acesso à saúde, à cultura, na fixação de profissionais qualificados e na diversificação das economias regionais.

As alterações climáticas colocam uma pressão adicional sobre territórios particularmente vulneráveis, exigindo respostas públicas robustas e coordenadas.

Por outro lado, a dependência do turismo, embora sendo um setor estratégico que garante muito emprego a muitas pessoas, torna as economias insulares mais expostas a choques externos. É por isso que, ao assinalarmos este aniversário, devemos olhar para a autonomia como um processo em construção, que precisa de ser melhorado e aperfeiçoado, porque há ainda tanto que podemos fazer.

Também há muito que nós, aqui, no continente, temos para aprender com os açorianos e com os madeirenses, pois se reconhecer as especificidades regionais e dar órgãos de Governo próprio tem potenciado o desenvolvimento dos Açores e da Madeira, no continente, continuamos a ficar aquém.

É por isso mesmo que importa também refletir sobre o tema da regionalização,…

Aplausos do L e do PS.

… com todas as diferenças entre a realidade insular e do continente e com todas as diferenças de, num caso, reconhecer a situação especial da autonomia regional e, no outro, defender uma regionalização administrativa.

Acreditamos que é possível fazer ainda melhor e não vamos desistir desse desígnio.

Os factos não mentem: Portugal continua a ser um dos países mais centralizados da Europa, com consequências claras na concentração de recursos, oportunidades e investimento. Essa centralização não serve nem o interior do País, nem as áreas metropolitanas, nem, aliás, as próprias regiões autónomas, que beneficiariam também de um modelo mais equilibrado de organização territorial.

A experiência das regiões autónomas demonstra que a descentralização política, com órgãos eleitos e competências claras, melhora a qualidade das políticas públicas, reforça a participação democrática da população…

Aplausos do L e de Deputados do PS.

… e significa também um compromisso renovado com a solidariedade entre regiões, numa lógica de cooperação e não de competição.

Os 50 anos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores são, acima de tudo, uma celebração da democracia portuguesa na sua pluralidade e são também um convite à ação. Cabe-nos honrar este legado, aprofundando a autonomia, combatendo as desigualdades que persistem e avançando com coragem para uma organização territorial mais justa para todo o País.

O Livre reafirma aqui o seu compromisso com uma República mais democrática, mais descentralizada e mais solidária, onde a autonomia das ilhas é reforçada e onde a regionalização, enquanto modelo administrativo,

possa vir a ser, finalmente, concretizada. É esse o caminho que queremos trilhar em conjunto com as populações da Madeira, dos Açores e de todas as regiões do País.

Viva a Madeira! Vivam os Açores.

Aplausos do L, do PS, do PCP, do BE e do JPP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Ministros, Srs. Representantes das Regiões, Sr. Presidente e Srs. Deputados da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sr. Presidente e Srs. Deputados da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional da Madeira, Srs. ex-Presidentes dos Governos e das Assembleias Legislativas das Regiões, Autoridades presentes, Sr.as e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Celebramos hoje 50 anos de autonomia dos Açores e da Madeira.

É importante deixar claro que o poder central — que desde o Marquês de Pombal se habituou a olhar para o País a partir do Terreiro do Paço — não deu nada aos Açores e à Madeira. Não deu, porque não é possível dar aquilo que não é nosso. A democracia não deu; a democracia reconheceu. Há 50 anos, a democracia reconheceu e a Constituição consagrou aquilo que é dos açorianos e dos madeirenses por direito — a sua autonomia, a sua dignidade política e uma voz própria na condução do seu destino.

É isso que verdadeiramente celebramos: 50 anos de maioridade política finalmente reconhecida às ilhas, porque as ilhas são uma comunidade política de pleno direito, com direito às suas próprias instituições e à sua legitimidade democrática.

Reconhecer a autonomia dos Açores e da Madeira não é uma rutura com Portugal. Os Açores e a Madeira são parte de Portugal, porque Portugal é parte dos Açores e da Madeira. Em cada fajã dos Açores vive Portugal, em cada levada da Madeira corre alma portuguesa.

A grandeza de Portugal advém da grandeza do seu território, mas advém, sobretudo, da grandeza das suas gentes. De Bragança a Faro, do Funchal à Ponta Delgada, grandes são estas gentes que fazem grande Portugal.

Mas nem sempre foi assim: tempos houve em que as regiões eram províncias e as ilhas eram adjacentes; tempos houve em que as ilhas eram administradas, consultadas, toleradas, mas não eram verdadeiramente donas das suas decisões; tempos houve em que o Estado central punha e dispunha, muitas vezes, contra as populações. Foi nesses tempos que o centralismo salazarista decidiu criar um monopólio de produção de leite na Madeira, arruinando a vida de milhares de produtores madeirenses. A Junta, a partir de Lisboa, fixava preços, administrava postos e geria a produção.

Também nesses tempos houve quem dissesse que não. Do Faial à Ribeira Brava, de Machico ao Funchal, as grandes gentes que fazem grande Portugal revoltaram-se. Mais de 500 presos, vários mortos e muitos feridos. Sangue e leite derramado, mas espírito erguido. A Revolta do Leite revelou o espírito que une açorianos, que une madeirenses e que une continentais e que o tempo jamais apagará: vergados, talvez; vencidos, jamais! «Antes morrer livres que em paz sujeitos.»

Eram tempos sombrios, tempos de tutela, tempos de medo, tempos de repressão — tempos terminados, porque era o tempo do 25 de Abril. O 25 de Abril pôs fim ao tempo da ditadura. Era agora o tempo da liberdade: o tempo da liberdade de expressão, da liberdade de voto, da liberdade política.

Era também o tempo de reconhecer a liberdade das comunidades insulares. Estas comunidades insulares — portugueses de alma, insulares de berço — tinham história, tinham identidade, tinham interesses próprios, tinham aspirações legítimas. Era o seu tempo, era o tempo da sua autonomia, era o tempo em que o poder deixa de ser algo que desce da capital para o País, para ser algo que sobe das populações para as instituições.

Talvez seja essa a maior lição destes últimos 50 anos: a autonomia dos Açores e da Madeira não enfraqueceu a Nação. A autonomia não separou, não dividiu, não distanciou; aproximou e fortaleceu.

Cinquenta anos depois, é agora tempo de perguntar o que ainda falta cumprir, e falta cumprir muito. Não obstante os avanços registados, Portugal continua a ser dos países mais centralistas da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico). Continua a ser a partir daqui, desta Câmara, que se decide

o que é melhor para a comunidade, para o município ou para a região. Arrogamo-nos a substituirmo-nos às populações que melhor conhecem o seu território, que sentem os problemas, que pagam pelas consequências das decisões do Estado central.

É, pois, tempo de rasgar o espartilho centralista. É tempo de confiar mais nas autonomias. É tempo de confiar mais nas regiões. É tempo de confiar mais nos municípios. É tempo de confiar mais nos cidadãos, confiar nos açorianos, confiar nos madeirenses, confiar nos bragantinos e nos aveirenses, nos vimaranenses e nos bejenses.

Há 50 anos, os açorianos e os madeirenses ergueram-se e mostraram que o seu futuro a eles pertence. Não pertence aos Governos, pertence aos cidadãos. Cinquenta anos depois, a pergunta já não é a de saber se a autonomia valeu a pena — valeu, valeu! A pergunta é a de saber se tivemos a coragem de aprender a sua lição. E a lição é simples: quando o poder se aproxima das pessoas, a democracia fica mais forte; quando o Estado confia nas comunidades, o País fica mais coeso; quando Portugal confia nos portugueses, Portugal cresce.

Cumprir a autonomia e aproximar o poder das pessoas é cumprir Portugal. Agora é o tempo de cumprir Portugal.

Viva a autonomia! Vivam os Açores! Viva a Madeira! E viva, sobretudo, aquilo que nos une, que nos une a todos: viva Portugal!

Aplausos da IL, do PSD, do PS e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Vou dar agora a palavra ao Partido Socialista, que fará duas intervenções, repartidas entre dois oradores: o primeiro é o Sr. Deputado Francisco César e depois o Sr. Deputado Emanuel Câmara.

Tem a palavra, em primeiro lugar, o Sr. Deputado Francisco César, que dispõe de 4 minutos.

O Sr. **Francisco César** (PS): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.ª e Srs. Presidentes das Assembleias Legislativas e dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: As aspirações autonomistas açorianas têm raízes centenárias e sempre foram mais uma convicção de identidade do que uma reação a perturbações ou a desavenças cíclicas com a administração central.

Para os Açores e para os açorianos, a autonomia não é apenas uma consequência da geografia que fez história, parafraseando Nemésio, mas é, sobretudo, uma oportunidade e uma ferramenta de aprofundamento democrático, de proximidade institucional, de compreensão e resolução mais rápida dos problemas e de livre e consciente escolha de um rumo fundado e experienciado na realidade regional.

Sendo uma obra coletiva, *A Torre Autonómica*, como na caricatura histórica de Augusto Cabral, foi e é uma reconstrução permanente. Não teve, nem tem, outro dono, nem outro fator que não sejam a energia e o empenhamento dos mais diversos atores económicos, sociais e culturais, dos mais simples como dos mais produzidos, que é como quem diz, do nosso povo. Não é pertença política de nenhum dos partidos que a acompanharam desde os seus momentos fundacionais, e nós, socialistas, temos muitas e sucessivas razões para estarmos orgulhosos do nosso contributo para esta realização tão simbólica da nossa democracia e da nossa diversidade nacional.

Aplausos do PS.

A alternância política nos Açores, que é boa prova das virtualidades da democracia açoriana, como, aliás, no País, fez com que dois dos maiores partidos regionais, o PS e o PSD, tanto na oposição como no Governo, tanto nos primeiros anos como nos últimos, fossem sempre essenciais numa conjugação indispensável para a aprovação dos documentos informadores mais relevantes da autonomia regional — desde a Constituição de 1976 e do primeiro Estatuto Político-Administrativo à existência de uma Lei das Finanças das Regiões Autónomas, que carece, ainda, de outro valor reforçado. Mas não nos bastam os poderes e os meios, ainda que quase sempre limitados pela avareza acostumada do poder central constituinte e governativo.

A autonomia tem sido fonte da maioria dos progressos que alcançámos nas nossas ilhas e fator de desagravamento de muitas das dificuldades estruturais ou inesperadas que atravessámos. No dobrar deste

meio século, porém, a precedência tem também de ser a do bom uso das competências e dos meios que temos ao nosso dispor.

Os Açores, pela dispersão do seu território, repartido por nove ilhas, apresentam dificuldades mais elevadas de escala, de coesão interna, de organização na sua relação com os mercados e com outras dimensões exteriores. O País político precisa de compreender que não bastam bons discursos que reconhecem a autonomia, como aqui ouvimos até agora. O País político tem de se esforçar mais para compensar exatamente estes custos e sobrecustos da insularidade.

Aplausos do PS.

Mas há vantagens que estão ao alcance da região e na pendência de estratégias governativas regionais. Para além de gerir com proficiência os seus recursos, de apoiar as iniciativas dos cidadãos e das empresas, de aproveitar melhor as oportunidades que sucedem, para além do vasto espaço marítimo, que deve ter o direito de partilhar e de usufruir, e das vantagens da nossa centralidade atlântica, os Açores podem e devem concentrar os seus esforços na valorização dos seus recursos humanos.

A grande oportunidade da autonomia está agora diante de nós: fazer da educação, da formação ao longo da vida e da criação cultural a prioridade das prioridades, não como mais uma política pública, mas como o centro de um novo contrato social — um verdadeiro projeto de interesse comum, aliás, já previsto na lei, entre a República e a região, as instituições, as empresas, as escolas, as famílias e toda a sociedade civil, para qualificar os açorianos, valorizar os nossos recursos humanos e libertar o potencial das nossas ilhas.

Aplausos do PS.

Uma região não vence a pobreza, a exclusão, o abandono escolar ou as dependências apenas por decreto, nem apenas com mais competências atribuídas; vence quando transforma conhecimento em liberdade, cultura em pertença, qualificação em economia sustentável, distância em coesão e esperança em futuro.

Cinquenta anos depois, é esta a autonomia que devemos cumprir. É esta a região que queremos e podemos ser, e é para isso que os Açores contam connosco.

Vivam os Açores! Viva Portugal!

Aplausos do PS, do PSD, do L e do BE.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Emanuel Câmara, que dispõe de 4 minutos.

O Sr. **Emanuel Câmara** (PS): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Ministro da Presidência, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr.ª e Sr. Representantes da República para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, Sr.ª e Sr. Presidentes das Assembleias Legislativas Regionais da Madeira e dos Açores, Srs. Presidentes e Antigos Presidentes dos Governos Regionais da Madeira e dos Açores, demais representantes dos órgãos do Governo próprio das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, Sr.as e Srs. Convidados, Sr.as Deputadas e Srs. Deputados: Começo por cumprimentar de forma especial todos os madeirenses e porto-santenses, os que residem na Região Autónoma da Madeira e os que estão espalhados pela diáspora, que, com muita dedicação, trabalho, suor e lágrimas, levam a região no coração. Quero também enviar um abraço de solidariedade a todos os nossos cidadãos luso-venezuelanos, que vivem mais um momento menos bom no país que os acolheu, a Venezuela.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Ilustres Convidados, a Região Autónoma da Madeira é Portugal. A Madeira, o Porto Santo, as Desertas e as Selvagens não são ilhas adjacentes, são territórios portugueses que exigem respeito e valorização. São territórios que, em conjunto com os Açores, fazem de Portugal o país da União Europeia com a terceira maior zona económica exclusiva e com centralidade atlântica, ao invés da periferia europeia continental.

A autonomia, consagrada há 50 anos, respeitou sempre esse princípio de unidade nacional, mas esta não pode esquecer as especificidades de cada região. A madeirensidade foi construída sobre revoltas,

reivindicações e tensões que nos trouxeram até aqui. Foi a liberdade que permitiu aos madeirenses exigirem mais, foi a democracia que lhes permitiu escolherem o seu caminho com autonomia.

Apesar disso, ainda há muito por fazer. Cinquenta anos depois, todos conhecemos bem as questões estruturais pendentes, como a revisão da Constituição, do Estatuto Político-Administrativo, da Lei Eleitoral e da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, que garantam os meios políticos e financeiros necessários ao aprofundamento da autonomia.

Aplausos do PS.

Conhecemos também as questões dependentes da execução do Governo da República, como a mobilidade aérea, uma luta liderada pelo Partido Socialista neste Parlamento e que vamos resolver, doa a quem doer, sem esquecer a mobilidade marítima.

Aplausos do PS.

Mas há mais dossiês que exigem soluções concretas, como o futuro do Centro Internacional de Negócios da Madeira ou o financiamento do novo hospital, que não são um favor, são um dever do Estado perante os direitos dos portugueses das ilhas.

Respeitar os portugueses da Região Autónoma da Madeira implica respeitar os Deputados por si eleitos, a quem compete trabalhar para que a autonomia seja efetiva e combater as atitudes anti-autonomistas de outros, que jamais esqueceremos.

Cinquenta anos depois, ainda há muito por fazer. Os madeirenses da Costa Norte da Madeira continuam à espera de EMIR (Equipa Médica de Intervenção Rápida) que responda às emergências médicas. Os porto-santenses continuam à espera de uma solução que não os deixe isolados durante 1 mês por ano. Os madeirenses continuam à espera de mais habitação e melhor saúde para todos.

É por isso que a Região Autónoma da Madeira também precisa de melhor governação, apenas possível com a concretização da alternância democrática, que é o cerne da democracia.

Os próximos anos exigem, por isso, dois caminhos: o aprofundamento dos direitos autonómicos por parte da República e a rentabilização desses direitos por parte dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas.

A autonomia é uma conquista do povo madeirense, não tem donos, não é de partidos. Mas contou, conta e contará sempre com o Partido Socialista para dar um novo impulso ao futuro da Madeira e do Porto Santo.

Aplausos do PS.

Sempre pelos madeirenses e porto-santenses, portugueses de primeira, portugueses por inteiro.

Viva a Madeira e o Porto Santo! Vivam as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores! Viva a Autonomia! Viva Portugal!

Aplausos do PS, do L e do BE.

O Sr. **Presidente**: — Vou dar agora a palavra ao Partido Chega, que também tem dividida a sua intervenção por dois oradores e o primeiro é o Sr. Deputado Francisco Gomes, que tem 4 minutos para a sua intervenção.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Presidentes da Assembleia Legislativa da Madeira e dos Açores, Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Governo Regional da Madeira e dos Açores, Ilustres Convidados, Sr.as e Srs. Deputados: Uma nota especial a todo o povo da Venezuela e aos milhares de lusodescendentes, a maioria dos quais oriundos da Região Autónoma da Madeira, a eles, todos nós nos juntamos em solidariedade neste momento tão, tão difícil.

Aplausos do CH, do PSD e do Deputado do PS Francisco César.

Sr.as e Srs. Deputados, hoje faz ainda mais sentido dizer aquilo que a história tão bem mostra: a Autonomia não é de nenhum Governo; a autonomia não é de nenhum partido; a autonomia não tem tutelas; a autonomia da Região Autónoma da Madeira é do povo da Região Autónoma da Madeira!

Aplausos do CH.

E é esse povo — que contra o mar se fez, que contra a montanha se fez, que contra o centralismo se fez, que venceu a rocha, lavrou a terra, lançou do pão a semente —, é esse povo que hoje, ao fim de mais de 600 anos de história, ao fim de mais de 50 anos de autonomia, olha para esta Casa, para cada grupo, para cada partido, para cada Deputado, para cada um de nós e nos faz um pedido, um único pedido. Um pedido que não se encerra em discursos, em festas, em símbolos, um pedido que não se encerra naqueles que enchem a boca com a autonomia no Funchal, mas traem a autonomia em Lisboa;…

Aplausos do CH.

… naqueles que dizem que são a voz das ilhas no Funchal, mas se deitam com o comunismo em Lisboa. É um único pedido, o pedido de que tenhamos a coragem de dizer que moderação na defesa da verdade é o serviço prestado à mentira; que tenhamos a coragem de dizer aquilo que todos, todos os madeirenses sabem: que a autonomia não se constrói, que a autonomia não se faz com um Governo que voltou as costas ao povo e que sobrevive do controlo que faz da comunicação social e das empresas que salivam o Orçamento Regional.

Aplausos do CH.

Um Governo que criou uma terra onde 20 % vivem na pobreza, mas onde vivem seis — seis — dos políticos mais ricos de Portugal; um Governo que não usa o diferencial fiscal, porque diz que lhe custa 190 milhões de euros, mas que dá 190 milhões de euros em borlas fiscais; um Governo que, só no Funchal, pôs quase 100 — cem! — a dormir nas ruas; um Governo que transpira arrogância, amiguismo, soberba e a miséria de uma autonomia traída.

E é contra — com a força dos madeirenses que construíram as levadas; com a força dos madeirenses que conquistaram o mundo; com a força dos madeirenses que hoje resistem —, é contra ele que abrimos uma nova fase na autonomia. Contra!

Aplausos do CH.

Contra quem quer nivelar por baixo; contra quem quer incompetência; contra quem cala a mudança; contra quem ousa querer os madeirenses conformados, vedados, dependentes, submissos.

Nós vamos contra e é contra que lutaremos. E é contra que ganharemos. E é contra que seremos mudança.

Mas não com os madeirenses das IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) e dos hospitais por encomenda. Não. Nós vamos pelos madeirenses anónimos. Os madeirenses anónimos.

Os madeirenses anónimos que dormem nas ruas; os madeirenses anónimos da velha e da nova pobreza; os madeirenses anónimos de uma classe média esvaziada; os madeirenses anónimos que não conseguem comprar casa; os madeirenses anónimos que emigram para poder viver; os madeirenses anónimos que vivem com pensões de miséria; os madeirenses anónimos que todos os dias — todos os dias! —, com o seu suor, o seu sacrifício, o seu trabalho, a sua honestidade, a sua fé, mostram que são muito mais, muito mais do que aqueles que à custa da Madeira querem viver. E é por eles, é por eles, porque acreditamos neles, que vos digo, em nome de um partido que já não conseguem parar: vamos fazer melhor; vamos escolher melhor; vamos decidir melhor; vamos andar o que for preciso andar; vamos correr o que for preciso correr; vamos trepar o que for preciso trepar; vamos construir o que for preciso construir; vamos ganhar a Madeira, doa a quem doer. Vamos ganhar a Madeira, custe o que custar.

Aplausos do CH.

Vamos ganhar a Madeira, e aí diremos com toda a força: Viva, viva a Madeira Livre!

Aplausos do CH, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra à Sr.ª Deputada Ana Martins. Tem 4 minutos também, faça favor.

A Sr.ª **Ana Martins** (CH): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.ª Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sr. Presidente do Governo da Região Autónoma dos Açores, Sr. Presidente do Governo da Região Autónoma da Madeira, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados e Ilustres Convidados: Hoje comemoramos os 50 anos da autonomia das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Foram cinco décadas de um dos mais importantes avanços democráticos da nossa história.

A história da autonomia açoriana foi uma conquista. Foi o reconhecimento de que um arquipélago situado no meio do Atlântico, disperso por nove ilhas, com desafios próprios e uma identidade própria, não poderia continuar a ser governado exclusivamente a partir de gabinetes distantes, em Lisboa.

A autonomia foi a resposta política para aproximar a decisão das populações açorianas e reforçar as suas especificidades e identidade. Devemos, sim, celebrar a autonomia, mas celebrar a autonomia não significa fechar os olhos aos problemas que persistem. Significa ter a coragem de fazer um balanço honesto do caminho percorrido. É que a verdade, é que os açorianos viveram entre dois mundos, o mundo do centralismo de Lisboa e o mundo do centralismo burocrático de Bruxelas.

A história das últimas cinco décadas está repleta de exemplos que ainda hoje coexistem. Assistimos a sucessivos conflitos em torno da Lei das Finanças Regionais; assistimos a limitações da capacidade fiscal da região; assistimos a um cargo de representação da República meramente protocolar e burocrático;…

Aplausos do CH.

… assistimos a decisões sobre transportes, mobilidade, pesca, agricultura e investimento público tomadas sem a devida consideração pelas singularidades ultraperiféricas dos Açores.

Seria desonesta se ignorasse que muitos dos problemas dos Açores não resultam apenas de decisões externas; resultam, igualmente, de décadas de governação regional marcada pelo conformismo, pela dependência de uma economia de Estado e pela incapacidade de resolver problemas estruturais que continuam a afetar os açorianos.

Aplausos do CH.

Cinquenta anos de poder regional, diferentes partidos, diferentes governos e diferentes maiorias, que dispuseram de condições financeiras e instrumentos que gerações anteriores nunca tiveram.

No entanto, persistem as fragilidades nos transportes e na conectividade; os constrangimentos ao desenvolvimento económico; os desafios demográficos que ameaçam algumas ilhas; as desigualdades entre ilhas que não podem ser ignoradas. E persistem sinais preocupantes de dependência económica e administrativa que não correspondem ao espírito original da autonomia.

A autonomia, na sua génese e na pureza do seu significado, não gera dependência. Ela existe no espírito de responsabilidade que a sustenta. Não foi edificada para o autossustento de superestruturas administrativas, mas, sim, para o serviço intransigente aos açorianos.

Tão-pouco se concebeu para replicar o centralismo; o seu desígnio matricial é a proximidade e a devolução do poder aos açorianos.

A autonomia não pode — não deve — ser apenas uma estrutura administrativa; a autonomia tem de ser um instrumento. Um instrumento de emancipação económica, social e política. Tem de significar mais capacidade para decidir; mais capacidade para produzir; mais capacidade para criar riqueza; mais capacidade para defender os interesses dos açorianos junto da República e das instituições europeias.

Aplausos do CH.

O que os açorianos esperam da sua autonomia é uma região capaz de fazer ouvir a sua voz, sem complexos perante Lisboa e sem submissões perante Bruxelas. É que os Açores não são nove estrelas dispersas no Atlântico, os Açores são uma vasta plataforma de terra e mar, unidos pela sua identidade e cultura; são a maior projeção geoestratégica entre a Europa e a América; mas são, acima de tudo, a casa de mais de 200 000 portugueses que exigem igualdade de oportunidades e respeito pelas suas especificidades.

Aplausos do CH.

Celebrar os 50 anos de autonomia é honrar o passado, mas é, sobretudo, assumir um compromisso com o futuro. Um futuro em que a autonomia deixe de ser apenas um princípio constitucional e se transforme numa verdadeira capacidade de decidir, de desenvolver e de prosperar.

Esse é o desafio dos próximos anos. E esse é o desafio que não podemos continuar a adiar.

Aplausos do CH, de pé.

O Sr. **Presidente**: — É a vez agora do Partido Social Democrata, que também tem a sua intervenção dividida por dois oradores. Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Pedro Coelho para a primeira intervenção. Tem 4 minutos, faça favor.

O Sr. **Pedro Coelho** (PSD): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Presidentes das Assembleias Legislativas Regionais, Srs. Ministros, Srs. Presidentes dos Governos regionais da Madeira e dos Açores, Srs. Representantes da República para os Açores e para a Madeira, antigos Presidentes dos Governos regionais da Madeira e dos Açores — e aqui permitam-me que faça uma saudação especial ao Dr. Alberto João Jardim,…

Aplausos do PSD.

… porque, se o povo fez a obra, V. Ex.ª é o rosto da nossa autonomia —,…

Aplausos do PSD.

… Srs. Deputados da Assembleia da República, Srs. Deputados às Assembleias Legislativas Regionais da Madeira e dos Açores, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Celebramos este ano os 50 anos da instituição de autonomia da Madeira, uma das maiores conquistas da democracia portuguesa e uma das transformações mais profundas da história contemporânea da nossa região.

Há mais de um século, no dealbar da 1.ª República, o então Senador madeirense Vasco Gonçalves Marques, conforme o *Diário do Senado* de 20 de março de 1923, subiu à tribuna para dizer o seguinte, que passo a citar: «São velhas as nossas razões de queixa. Desde sempre que a Madeira reclama, pede, insiste para que a dotem com aquilo de que necessita, e em vão espera pela hora de justiça.»

Quem hoje ouve ou lê estas palavras percebe que a autonomia não nasceu em 1976. A autonomia nasceu na consciência coletiva do povo madeirense e encontrou, em 1976, a sua consagração constitucional.

Durante demasiado tempo, a madeira foi governada à distância a partir de Lisboa e, ao longo dos diferentes regimes políticos, as realidades insulares foram ignoradas por um poder central que raramente compreendia a realidade insular. Nesse tempo, o maior custo da insularidade não era o mar, era o centralismo.

Quando a democracia chegou, encontrou uma região marcada por profundas carências e por uma realidade económica e social que colocava os madeirenses entre os portugueses mais pobres do País. Ainda assim, mesmo nos momentos mais difíceis, os madeirenses nunca deixaram de afirmar a sua condição de portugueses.

Não podemos, porém, esquecer os milhares de madeirenses que um dia partiram, em especial para a Venezuela, levando consigo apenas a coragem, o trabalho e a esperança de um futuro melhor.

Aplausos do PSD.

Também eles ajudaram a construir a Madeira autónoma que hoje celebramos, pois, mesmo longe da sua terra, nunca deixaram de contribuir para o progresso da nossa região, nem de manter viva a sua identidade madeirense e portuguesa. E, neste momento em que a Venezuela volta a ser atingida pela tragédia, deixamos uma sentida palavra de solidariedade a todos os que sofrem, em particular à nossa comunidade emigrante e ao povo venezuelano.

Sr.as e Srs. Deputados, houve no passado quem temesse que a autonomia fosse uma porta para a separação, mas a autonomia foi antes a afirmação de um Portugal maior. A autonomia, mais do que delegada, foi exercida e os resultados estão à vista de todos.

Ao longo destes 50 anos, a Madeira transformou-se de uma das regiões mais pobres do País numa das regiões portuguesas com maior riqueza gerada por habitante. O que os madeirenses e os porto-santenses fizeram, o que construíram, o que desenvolveram, ao longo dos últimos 50 anos, foi simplesmente extraordinário. Há 50 anos, cerca de um terço dos madeirenses não sabia ler nem escrever. Hoje, o PIB (produto interno bruto) *per capita* supera a média nacional e a nossa dívida cifra-se em 56,7 % do PIB.

Aplausos do PSD.

Sr.as e Srs. Deputados, estes números contam apenas uma parte da história, porque há conquistas que não cabem nas estatísticas. Celebrar a autonomia é reconhecer uma conquista que mudou a vida concreta dos madeirenses e porto-santenses, que transformou uma região e que contribuiu para transformar Portugal. Se há lição que podemos retirar dos últimos 50 anos é que a autonomia é uma obra inacabada. Se meio século nos deu horizonte e progresso, celebrar hoje não significa resignarmo-nos. Deve continuar a escrever-se todos os dias, porque as vitórias conquistadas no passado não podem cessar a nossa vontade de construir o muito que ainda falta construir.

Por isso, 50 anos depois, a melhor forma de honrar a autonomia é, sejamos claros, aprofundá-la, porque o verdadeiro sentido da autonomia sempre foi criar as condições para a prosperidade do nosso povo.

Foi isso que, de forma visionária, afirmou novamente Vasco Gonçalves Marques, em 1923, no Senado, e que aqui cito: «Nunca sentiremos tanto orgulho em ser portugueses, como quando a Madeira tiver atingido o seu máximo grau de prosperidade.»

Um século depois, estas palavras continuam a traduzir a essência do ideal autonomista, assente em dois pilares fundamentais: a capacidade de decidir e de governar o nosso território, o próprio destino, e o direito de contar com a solidariedade de toda a nação.

É precisamente porque estes princípios continuam atuais que subsistem ainda matérias por concretizar que reclamam uma resposta urgente no quadro do diálogo e da cooperação institucional entre o Governo da República e o Governo Regional da Madeira. Falamos, por exemplo, da continuidade territorial, da mobilidade dos madeirenses e de um financiamento justo das competências exercidas pela região.

Sr.as e Srs. Deputados, a autonomia não é um legado para contemplar; é uma responsabilidade que nos cabe honrar, aprofundar, prosseguir. É com esse sentido de responsabilidade que olhamos para o futuro e desejamos que os próximos 50 anos sejam de novas conquistas e de renovada esperança para este povo que nunca pediu privilégios, apenas o direito de cumprir o seu destino.

Há, porém, uma verdade que estes 50 anos nos deixaram: a autonomia nunca nos afastou da pátria, pelo contrário, permitiu-nos ser mais madeirenses para sermos ainda mais portugueses.

Viva a Madeira! Viva Portugal!

Aplausos do PSD, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Moniz, que tem 4 minutos.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Ministro da Presidência, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr.ª e Sr. Representantes da República para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, Sr.ª e Sr. Presidentes da Assembleias Legislativas Regionais, Srs. Presidentes dos Governos Regionais, Sr.as e Srs. Deputados à Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados às Assembleias

Legislativas Regionais, Autoridades Civis, Militares, Judiciais e Religiosas, Ilustres Convidadas e Convidados dos Açores e da Madeira, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Almeida Garrett, Deputado açoriano, escreveu um dia que a sua saudosa ilha era «um dos mais nobres padrões da glória portuguesa». Não era uma simples declaração de afeto; era o reconhecimento de uma verdade incontornável. Em momentos decisivos da construção de Portugal, os Açores estiveram sempre no centro da história do País.

Celebramos aqui, hoje, 50 anos de autonomia, mas esta história não começou em 1976. Dos primeiros movimentos autonomistas do século XIX ao decreto de 2 de março de 1895, os açorianos reclamaram uma administração mais próxima e mais capaz de responder aos seus desafios específicos. Esse caminho seria interrompido durante décadas.

O 25 de Abril abria aos Açores novos caminhos. A Constituição de 1976 consagrou a autonomia político-administrativa das regiões autónomas. Criaram-se órgãos de Governo próprio. Instituiu-se um modelo de autogoverno que permitiu enfrentar décadas de atraso estrutural, promovendo uma transformação económica e social sem precedentes.

João Bosco Mota Amaral é o pai e grande obreiro da autonomia açoriana. Enquanto Deputado Constituinte e primeiro presidente do Governo Regional dos Açores, marcou profundamente a construção da autonomia.

Aplausos do PSD.

Mota Amaral compreendeu que os territórios insulares exigiam soluções políticas próprias.

Eduardo Lourenço dizia, e cito: «A questão entre Portugal e os Açores é uma questão […] de mútuo reconhecimento […] necessário e urgente para que uns e outros não deliremos sobre […] fantasmas.»

Não podemos esquecer o 6 de junho de 1975, na consolidação do processo autonómico dos Açores. «Contra os corsários do mundo / […] / De uma rocha de mar bravo, […] Que o Guião da autonomia / Só por morte torna escravo», escreveu Nemésio na *Sapateia Açoriana*.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Ilustres Convidados, celebrar a autonomia é também refletir sobre o seu futuro. A autonomia não é isolamento. A autonomia não substitui o Estado e muito menos o desresponsabiliza das suas obrigações de coesão social e territorial. Muito pelo contrário, a autonomia existe também para cumprir o próprio Estado. Cumpre como aliada, cumpre como complemento, e não para que, naquela linha de horizonte do mar profundo, o Estado se demita das suas responsabilidades.

As autonomias regionais dão reconhecida dimensão ao Estado português. A unidade do Estado, sentimento de pertença, e o aprofundamento da autonomia dependerá sempre da confiança mútua entre o Estado central e as regiões autónomas. Dependerá sempre da lealdade institucional, visão ampla e estratégica na capacidade de cumprir compromissos.

A subsidiariedade não é uma mesada nem é uma benesse. É a presença do próprio Estado na distribuição de recursos, como faz com todo o território nacional.

Que a autonomia não seja reconhecida apenas por decreto, mas que se entenda, de uma vez por todas, que a realidade arquipelágica não é igual a um território contíguo; não é um fado que nos diminui, mas antes que nos define.

Acrescentamos também a Portugal uma dimensão atlântica e geoestratégica de valor incalculável, e esta dimensão deve ter sempre dois sentidos — quem tem responsabilidades deve ter instrumentos e recursos adequados para as exercer. Os próximos anos devem ser de confiança: confiar mais nas instituições autonómicas; incluir em vez de excluir; aproximar em vez de afastar.

Como está no nosso brasão, «antes morrer livres que em paz sujeitos». É este o ímpeto da alma açoriana, povo trabalhador e que transpõe qualquer obstáculo, com alma e orgulho em ser ilhéu.

A autonomia fortaleceu os Açores e os Açores fortalecem Portugal. Que assim continue a ser nos próximos 50 anos.

Viva a autonomia, viva sempre os Açores, viva Portugal!

Aplausos do PSD, de pé, e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra ao Sr. Presidente do Governo Regional da Madeira, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Presidente do Governo Regional da Madeira** (Miguel Albuquerque): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Excelência, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Srs. Presidentes das Assembleias Relativas das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, Srs. Representantes da República para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, Antigos Presidentes da Assembleia da República, das Assembleias Legislativas, Regionais e dos Governos Regionais, Sr.as e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, quero reiterar, nesta tribuna, a nossa solidariedade e os votos de sentimentos pelas perdas à nossa comunidade residente na Venezuela e ao povo venezuelano.

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do CDS-PP, do PAN e do JPP.

É importante reconhecer, neste momento, que o que podemos fazer é enviar, como Portugal vai enviar, uma força de intervenção da Proteção Civil, no sentido de resgatar as vítimas que ainda é possível resgatar nos escombros. É uma tragédia monumental, com centenas ou milhares de mortos, e a situação é muito complicada. Neste momento, urge toda a ajuda fundamental do nosso País, da Europa e de todos aqueles que podem ajudar. Muito obrigado.

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP.

Queria hoje, na celebração dos 50 anos da autonomia, dizer perante esta Casa que a autonomia sempre foi uma aspiração dos portugueses residentes nas ilhas. Aliás, sempre foi uma aspiração muito antiga, que foi flagelada por séculos de abandono e exploração, por parte de um poder central que, na República, na monarquia ou na ditadura, sempre tratou os arquipélagos como colónias de segunda categoria. Dessas colónias, o que se fazia era extrair os recursos e investir o menos possível. Ainda antes do 25 de Abril, as regiões autónomas eram tratadas como ilhas adjacentes. Quando se conquistou a democracia em Portugal, a Madeira era das regiões mais pobres da Europa e a mais pobre de Portugal.

Malgrado este percurso trágico e constatável — eu, que tenho 65 anos, observei e constatei como se vivia na Madeira —, que fez sofrer, fez emigrar e fez morrer milhares dos seus filhos, os madeirenses sempre se afirmaram como portugueses de primeira categoria.

Foi assim ao longo da história. Aquando do domínio filipino, é conhecida a revolta que gerou, na Madeira, a afixação do escudo filipino-espanhol no Palácio de São Lourenço. É conhecida também a revolta que se gerou em 1808, quando foi hasteada, na nossa terra, a bandeira inglesa. A Madeira foi incorporada, durante uns tempos, no império britânico, tendo como Governador William Beresford, ao serviço de Jorge III. Houve uma revolta popular contra esta situação.

Foi assim, também, quando reagimos, na primeira revolta contra a ditadura nacional, em 1931, através da célebre Revolta da Madeira, em que o meu avô materno foi um dos líderes, tendo sofrido, como outros patriotas na altura, com o exílio e a prisão em Cabo Verde e São Tomé, a sua ousadia.

Portanto, nós nunca duvidámos da nossa portugalidade, enquanto madeirenses, mas sempre desconfiámos e continuamos a desconfiar ainda, infelizmente, da bondade do poder central para nos tratar com equidade e como portugueses de primeira.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, é evidente para toda a gente que a autonomia política da Madeira e dos Açores foi dos maiores sucessos da democracia portuguesa. Isso honra o nosso País.

Ao longo de décadas, a autonomia mostrou a sua capacidade, fundamental, para promover o desenvolvimento integral dos arquipélagos, aproximou decisivamente a decisão política sobre as questões da *res publica* de umas assembleias democráticas, onde estavam representadas as populações da Madeira e dos Açores, reforçou a coesão e a justiça social e valorizou a entidade e a cultura insular. Mais do que isso, promoveu um desenvolvimento estrutural, económico, educacional, social e cultural, impensável para as gerações antigas, que viveram miseravelmente e tiveram de emigrar e que, infelizmente, não tiveram ocasião de usufruir deste momento histórico.

Ou seja, as autonomias revelaram-se um instrumento eficaz de governação, de responsabilidade democrática e de desenvolvimento integral das duas regiões autónomas.

No caso da Região Autónoma da Madeira, apesar da insularidade — problema estrutural permanente —, da outra periferia — problema estrutural permanente — e do residual investimento do Estado nas regiões — problema que pode e tem de ser resolvido —, a Madeira foi a região do País que mais convergiu com a União Europeia, nos últimos 30 anos, que, nos últimos 10 anos, quase duplicou o seu produto interno bruto (PIB), e é a região que tem a dívida pública mais baixa em percentagem do PIB e a melhor taxa de desemprego.

Infelizmente, como sempre acontece e continua a acontecer no nosso País, a maturidade e o sucesso das autonomias não impedem que, em alguns sectores, ainda subsista um inexplicável desdém pelos gestos alcançados. Sempre que se consegue algo positivo no nosso País, há sempre um problema. Parece que temos vergonha de reconhecer aquilo que é positivo para o nosso País.

Por preconceito, por provincialismo, por fanatismo ideológico, por sectarismo ou por incultura histórica, alguns ainda continuam a olhar para as regiões autónomas, infelizmente, como um encargo longínquo que tem de se suportar e não como uma forma avançada de realização de Portugal no Atlântico.

Minhas senhoras e meus senhores, Sr.as e Srs. Deputados, o sucesso das regiões autónomas, não tenhamos nenhuma dúvida, é o sucesso de Portugal, do nosso País.

Aplausos do PSD, do PS, do L, do CDS-PP e do PAN.

É fundamental, na celebração dos 50 anos de autonomia, perante VV. Ex.as, que representam nesta Casa o nosso País, alertar para o futuro. É fundamental termos um sentido prospetivo relativamente ao futuro das autonomias, e temos de efetuar as mudanças necessárias para ganharmos, no Atlântico, Portugal.

As regiões autónomas precisam de mudanças estruturais, desde logo, na Lei das Finanças das Regiões Autónomas, que está completamente desatualizada. É uma lei que desresponsabiliza o Estado relativamente a sobrecustos, que são constitucionais e que o Estado tem de assumir, na saúde, na educação, na mobilidade, na proteção civil. É uma lei iníqua, porque, no fundo, acaba com o Fundo de Coesão em função do crescimento económico, ou seja, a exigência de indexação do Fundo de Coesão à subida do PIB é iníqua. Porquê? Porque os problemas estruturais das autonomias e do distanciamento mantêm-se, a ultraperiferia e a insularidade mantêm-se. Portanto, a Lei das Finanças das Regiões Autónomas tem de ser revista, no sentido de termos uma lei equitativa, justa e que não crie fraturas ideológicas nesta questão. Esta é uma questão de interesse nacional e temos de encontrar uma solução que seja de interesse nacional, independentemente dos partidos que estejam a governar as regiões ou dos partidos que estejam a governar o Governo central.

Há que também chamar a atenção para a necessidade de alterarmos a estrutura normativa constitucional, no sentido de dotar as regiões de um conjunto de poderes que são absolutamente essenciais para as regiões autónomas perceberem o seu caminho de desenvolvimento.

O mundo mudou. Nós temos uma Constituição que foi revista, mas as suas bases são de 1976. Temos de adaptar a Constituição a uma sociedade, a uma economia, a uma dinâmica e a um mundo global onde as regiões estão inseridas, porque estamos no século XXI.

Por conseguinte, há que, no quadro da revisão constitucional, avançar com soluções que vão dotar as assembleias democráticas das regiões autónomas de poderes efetivos democráticos, na gestão do território para mudanças fundamentais que temos projetadas na área do investimento e na área da economia e para um sistema fiscal próprio. Nós precisamos de ter um sistema fiscal próprio para atrair investimento, para fixar investimento na Madeira e nos Açores e temos de acompanhar aquilo que é importante, que é a Assembleia da República proceder às alterações estruturais, no quadro da Constituição, para as autonomias poderem integrar-se plenamente na economia do século XXI.

Por isso, para terminar, e com a benevolência do Sr. Presidente da Assembleia da República — também nunca falo muitas vezes aqui, Sr. Presidente, já vou terminar —,…

Risos do PSD.

… queria cumprimentar VV. Ex.as e dizer o seguinte: nós não precisamos de nem queremos favores da República. Nós queremos ser tratados com equidade e com justiça. Queremos mudar o que é preciso mudar. Não temos de ter medo das mudanças e também não precisamos de proclamações de amor à pátria e de amor às autonomias. O que nós precisamos é de decisões da República, no sentido de garantir que continuamos a

realizar, na Madeira, o Portugal do futuro. A Madeira e os Açores são Portugal e nós queremos continuar a concretizar o futuro.

Muito obrigado pela vossa amabilidade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé, do PS e do L.

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra ao Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, José Manuel Bolieiro.

O Sr. **Presidente do Governo Regional dos Açores** (José Manuel Bolieiro): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Excelência, Sr. Ministro da Presidência, Excelência, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Excelência, Srs. Representantes da República para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, Excelências, Sr.ª e Sr. Presidente das Assembleias Legislativas da Região Autónoma dos Açores e da Região Autónoma da Madeira, Excelências, Sr. Presidente do Governo Regional da Madeira, Excelência, Sr.as e Srs. Deputados da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados das Assembleias Legislativas dos Açores e da Madeira, Autoridades Civis, Militares, Judiciais e Religiosas, Ilustres Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Nos Açores, sabemos bem, conhecemos e reconhecemos a impiedosa força telúrica e, por isso, quero, em nome dos Açores, deixar expressa a nossa solidariedade com o povo venezuelano e as comunidades portuguesas ali residentes. Esta força telúrica ceifa vidas, destrói infraestruturas. A solidariedade humana impõe-se, a ajuda recomenda-se. Ao povo venezuelano, a nossa saudação e solidariedade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Presidente da Assembleia da República, hoje cumpre-se um dia histórico: a celebração, na Assembleia da República, dos 50 anos da consagração constitucional da autonomia política dos Açores e da Madeira. Saúdo calorosamente o Sr. Presidente, as Sr.as Deputadas e os Srs. Deputados pela iniciativa e acolhimento enfático desta celebração. É honrosa para nós e para a nossa democracia a inclusão, nesta cerimónia, dos órgãos de Governo próprio das regiões autónomas, com intervenção e voz na Casa da democracia portuguesa.

A maturidade democrática revela-se também na compreensão descomplexada do valor institucional da autonomia política em Portugal. Esta celebração reconhece os que compreendem que a democracia portuguesa só ficaria completa inscrevendo a identidade, as aspirações e a capacidade de autogoverno dos povos insulares.

Quero deixar uma saudação especial aos Deputados constituintes e a todos aqueles que fizeram da autonomia política uma das mais felizes realizações do Portugal democrático. Permitam-me que distinga, entre todos, a personalidade de João Bosco Mota Amaral.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A autonomia política permitiu aos Açores vencer atrasos históricos, afirmar a sua identidade e assumir plenamente a responsabilidade pelo seu próprio desenvolvimento.

Hoje, os Açores são mais do que uma região pobre do País, a ultraperiférica da União Europeia. Porque o futuro desejado foi e é mais ambicioso do que isso, queremos transformar os Açores numa região verdadeiramente reconhecida como região estratégica, que aumenta Portugal. O nosso mar e o nosso espaço dão a Portugal uma dimensão atlântica singular e fazem do nosso País uma das grandes nações marítimas da Europa e do mundo.

Os Açores conferem profundidade atlântica a Portugal e à União Europeia. Somos a grande fronteira ocidental da União Europeia e uma plataforma de estabilidade, de conhecimento e de cooperação, num mundo cada vez mais incerto.

À região de necessidades que temos sido e que, porventura, ainda somos, acrescentaremos, para o futuro, ao nosso País uma região de oportunidades para as economias verde, azul e digital, para a ciência, para a tecnologia e para a inovação. É com esta perspetiva que promoveremos a autonomia política do conhecimento e das oportunidades e é nesta dimensão que residirá parte importante do futuro de Portugal atlântico.

Num tempo de profundas transformações geopolíticas, energéticas, digitais e científicas, os Açores são um verdadeiro laboratório de futuro. Na proteção do oceano, na investigação científica, na observação da Terra, nas tecnologias espaciais, na economia azul e na monitorização ambiental, os Açores oferecem oportunidades que servem, a partir da região, Portugal e a Europa.

Queremos e podemos transformar o que, durante séculos, foi visto como distância, para ser agora visto como uma centralidade estratégica.

O desafio nacional é cristalino. O reconhecimento do valor dos Açores não pode ficar apenas nas palavras, tem de se traduzir em visão, em cooperação ativa e em investimento — investimento em infraestruturas críticas estratégicas de interesse comum à região, ao País, à União Europeia e às nossas ligações e alianças internacionais; investimento na ciência, na inovação e no conhecimento, que faça Portugal maior e mais relevante; e investimento que transforme Portugal num ativo europeu e universal, ao serviço da segurança e da defesa, da competitividade e do desenvolvimento económicos.

A autonomia política não afastou, nem afasta, os Açores de Portugal. Pelo contrário, a autonomia política fortaleceu a democracia e engrandeceu Portugal no mundo.

O futuro de Portugal passa pelo valor do Atlântico, e o futuro do Atlântico conta com os Açores.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Presidente do Governo Regional dos Açores**: — É um orgulho ser açoriano. É um orgulho ser português e contribuir, a partir dos Açores, para todos, mas todos, todos, cumprirmos Portugal. É um orgulho ser democrata e cumprir a democracia portuguesa em autonomia política.

Viva a autonomia política! Vivam os Açores e a Madeira! Viva Portugal!

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé, do PS, da IL, do L e do JPP.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra a Sr.ª Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Madeira, Rubina Leal.

A Sr.ª **Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Madeira** (Rubina Leal): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Excelência, Sr. Ministro da Presidência, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Srs. Representantes da República para as Regiões Autónomas da Madeira e Antigo Representante da República, Sr. Presidente da Assembleia Legislativa dos Açores, antigos Presidentes das Assembleias Legislativas da Madeira e dos Açores, Srs. Presidentes dos Governos Regionais da Madeira e dos Açores, antigos Presidentes também aqui presentes, Ex.mos Srs. Deputados da Assembleia da República, Ex.mas e Ex.mos Deputados das Assembleias Legislativas da Madeira e dos Açores, Ilustres Convidados e Distintas Autoridades: Permitam-me, antes de mais, dirigir uma palavra de reconhecimento a V. Ex.ª, Sr. Presidente da Assembleia da República, por promover, pela primeira vez na história da democracia portuguesa, uma sessão plenária evocativa das autonomias e, neste caso particular, dos 50 anos das regiões autónomas.

Recordo as declarações efetuadas por V. Ex.ª na Assembleia Legislativa da Madeira, por ocasião da abertura das comemorações dos 50 anos da autonomia, que passo a citar: «Precisamos de trazer a autonomia para o centro político do País. Trata-se de um ato de serviço público lembrar a todos, incluindo aos 230 Deputados da Assembleia da República, a importância da autonomia das regiões.»

E aqui estamos. Enalteço a sua visão, o seu alto sentido de Estado e, fundamentalmente, o seu entendimento profundo daquilo que as autonomias representam para Portugal.

Aproveito também, neste momento, para agradecer, em nome da região, o voto de pesar e de solidariedade ontem apresentado por V. Ex.ª, que foi aprovado aqui por unanimidade e que obviamente todos nós acompanhamos. Estamos não só com a comunidade venezuelana, mas também com todo o povo português que lá vive.

Mas quero voltar atrás, Sr. Presidente, se me permite, ao entendimento profundo que teve sobre esta sessão, porque efetivamente o Estado é uma pátria comum, mas é simultaneamente regional, com duas regiões autónomas insulares, logo, temos um Estado unitário regional.

Assinalar os 50 anos das autonomias regionais não é celebrar somente uma efeméride, nem da Madeira nem dos Açores. É uma celebração do País, de Portugal. Esta afirmação encerra uma verdade maior: não se trata apenas de uma causa reservada às regiões autónomas; a sua história é parte da história democrática de Portugal e o seu sucesso tem de ser encarado como o sucesso do País, porque celebrar a autonomia é celebrar uma das mais genuínas construções do Estado democrático.

A história da democracia portuguesa não pode ser plenamente contada sem as autonomias regionais, que se afirmaram como mecanismos de coesão nacional, de modernização das ilhas e fundamento do Estado de direito.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados, a autonomia não surgiu fruto do acaso. Nasceu da coragem, do inconformismo, da determinação dos povos insulares; nasceu de muitas revoltas populares; nasceu da profunda convicção de que a distância geográfica não podia continuar a significar distância política; nasceu da certeza de que governar com proximidade é governar melhor, com mais responsabilidade.

A 2 de abril de 1976, quando a Constituição da República consagrou o regime autonómico, reconheceu uma singela verdade: a liberdade de decidir é condição necessária para se melhor servir.

Cinco décadas depois, num arquipélago que conta com 600 anos desde a sua descoberta, a história pronunciou o seu veredito. A escolha foi acertada. A Madeira transformou-se. A Madeira transformou-se, na educação, na saúde, na coesão social, nas acessibilidades, nas infraestruturas, na economia e na projeção internacional.

O verdadeiro valor da autonomia mede-se também na qualidade de vida dos cidadãos, nas oportunidades criadas, na capacidade de transformar limitações em possibilidades, no crescimento económico, na abertura ao mundo, e isso está à vista de todos.

Contudo, uma obra desta dimensão nunca está concluída. A autonomia não é um ponto de chegada; é uma construção mutável e sempre inacabada, carecendo sempre do contributo e do trabalho de todos, não só para o seu aperfeiçoamento, mas também para a sua defesa.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados, cada geração recebe uma herança, mas recebe também uma responsabilidade, e a nossa responsabilidade é continuar a aprofundar este processo.

Os desafios do presente exigem novas respostas. Vivemos tempos de grande exigência, tempos de grande instabilidade geopolítica, de transformação económica, de vulnerabilidades sociais e climáticas e de crescente competição entre territórios. Numa Europa cada vez mais competitiva, uma região ultraperiférica e arquipelágica não pode limitar-se a administrar conquistas passadas, tem de continuar a afirmar-se.

Por isso, o aprofundamento da autonomia continua a ser uma necessidade política legítima, necessária e natural. O Estado não pode desresponsabilizar-se de cumprir com as obrigações fundamentais, que decorrem de princípios como o da solidariedade nacional, o da coesão nacional e o da continuidade territorial. Pelo contrário, é expectável que contribua para minorar os constrangimentos estruturais e permanentes destes territórios atlânticos.

A autonomia conquistada é uma prioridade, que não pode ser banalizada, é um património que urge preservar, apurar, mas também reforçar. Aliás, é curioso como a União Europeia reconhece plenamente as especificidades das regiões autónomas portuguesas, através do estatuto da ultraperiferia, reconhece os constrangimentos permanentes da insularidade, reconhece os custos da distância, reconhece os desafios da fragmentação territorial. Aliás, por vezes, a Europa reconhece mais depressa aquilo que alguns tardam em reconhecer.

Julgo ser tempo de terminar com um certo ceticismo sobre o verdadeiro alcance desta dimensão autonómica. A autonomia não pode ser encarada nem como um privilégio nem como uma exceção tolerada. É o garante de uma verdadeira igualdade de oportunidades, porque tratar de forma igual realidades diferentes nunca produziu verdadeira justiça.

Importa afirmar, com toda a clareza, que este caminho não se faz contra a República, nunca contra a República, faz-se com a República, faz-se com a lealdade institucional, faz-se com diálogo mútuo e constante, com cooperação, com confiança.

Um Estado verdadeiramente forte não receia a sua diversidade, pelo contrário, valoriza-a; não teme as autonomias, pelo contrário, fortalece-as; não diminui a unidade nacional, enriquece-a através da diversidade dos seus territórios.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados, pugnamos por uma Madeira que continue a ser um ativo relevante e estratégico para Portugal e afirmamos, com orgulho, que somos uma parcela decisiva da presença de Portugal no Atlântico, cuja dimensão estratégica no mundo em que vivemos, mais do que nunca, é crucial.

Afirmamos com orgulho que a Madeira continua a provar que a unidade nacional se fortalece quando assenta na liberdade, na confiança e no respeito pelas especificidades de cada território. Portugal é mais forte quanto mais aceitar as idiossincrasias das suas regiões de todo o seu território; Portugal é mais coeso quando as ouve. Portugal é mais fiel à sua Constituição quando honra os compromissos assumidos com os seus povos.

Para terminar, como nos recorda o nosso Cardeal D. José Tolentino de Mendonça, «um dia ser-nos-á perguntado o que fizemos […] da esperança daqueles com quem caminhámos». Os 50 anos de autonomia são a resposta de um povo que transformou a esperança em desenvolvimento, o isolamento em oportunidade e a distância em proximidade ao mundo.

Vivam as autonomias, viva a democracia!

Aplausos do PSD, do PS, do L, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP.

O Sr. **Presidente**: — Vou dar agora a palavra, para intervir, ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

O Sr. **Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores** (Luís Garcia): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Excelência, Srs. Ministros, Sr.ª e Sr. Representantes da República para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, Sr.ª Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, Srs. Presidentes do Governo Regional dos Açores e da Madeira, Srs. Deputados à Assembleia da República e às Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, Srs. Antigos Presidentes das Assembleias Regionais e dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira, autoridades civis, militares, judiciais e religiosas, minhas senhoras e meus senhores, açorianos, portugueses: Há 50 anos, na abertura solene da Assembleia Legislativa Regional, o Sr. Presidente da República General Ramalho Enes afirmou que se iniciava uma página nova na vida dos Açores, a que o 25 de Abril abriu as portas. E, de facto, iniciou-se essa página nova nos Açores.

Só quem não conheceu os Açores de há 50 anos pode ter dúvidas sobre a utilidade e a importância da autonomia política para a consolidação da nossa identidade e para o enorme salto verificado no desenvolvimento das nossas ilhas.

A autonomia política é hoje justamente considerada uma das maiores conquistas da democracia portuguesa. E talvez não haja melhor prova disso do que estarmos hoje aqui, na Casa maior da democracia portuguesa, a celebrar a autonomia.

Permitam-me, por isso, uma palavra de especial apreço a S. Ex.ª o Sr. Presidente da Assembleia da República. Ao promover esta sessão evocativa, S. Ex.ª presta um serviço relevante à memória democrática do País. Esta é uma forma muito nobre de reconhecer o lugar que a autonomia ocupa na construção do Portugal democrático, porque o processo autonómico não é uma realidade meramente açoriana e madeirense, é uma conquista nacional, e é como tal que a devemos celebrar.

Portugueses, os Açores de hoje, este Portugal insular que construímos ao longo das últimas cinco décadas, só pode ser motivo de orgulho: orgulho para cada açoriano, orgulho para cada madeirense, mas também orgulho para cada português. Isto não significa que tenhamos feito tudo bem. Não fizemos, e temos a humildade de o reconhecer, a capacidade de corrigir e a motivação para continuar a melhorar.

Mas se alguma conclusão podemos retirar destes 50 anos é a de que a autonomia resultou. O patamar de desenvolvimento alcançado e a maturidade das instituições autonómicas nos mais diversos ciclos políticos confirmaram a autonomia como um instrumento adequado à governação e reforçam a nossa ambição de continuar a aperfeiçoá-la e a aprofundá-la. Mas importa esclarecer: a autonomia não pretende retirar nada a ninguém — nunca pretendeu! Aliás, acrescentou sempre. Acrescentou desenvolvimento, acrescentou coesão, responsabilidade e quer continuar a acrescentar no futuro.

O percurso feito, a experiência acumulada e a maturidade atingida tornam totalmente despropositados alguns receios e desconfianças que, infelizmente, ainda persistem. É mais do que tempo de acabar com essas

desconfianças, porque aprofundar a autonomia não significa diminuir Portugal; significa aperfeiçoar o modelo que demonstrou ser essencial aos Açores e ao País.

Aprofundar a autonomia não significa desresponsabilizar o Estado. Como afirmou o Presidente Mota Amaral na tomada de posse do I Governo Regional, e cito, «a autonomia política e administrativa dos Açores é um compromisso que obriga Portugal inteiro, em especial os órgãos de soberania». Obriga-os e responsabiliza-os, acrescento eu, a assumirem plenamente as suas obrigações na região.

E se nos Açores, como portugueses, também nos emocionamos quando ouvimos *A Portuguesa* perante os feitos da nação valente, por outro lado, entristece-nos quando algumas respostas do Estado tardam ou simplesmente não chegam. Falo das insuficiências persistentes nos serviços da justiça e da segurança; falo das compreensões relativas ao funcionamento da Universidade dos Açores e da RTP Açores; falo da não assunção devida dos sobrecustos da insularidade na saúde, na educação, nos transportes, nas comunicações; falo na definição e implementação de políticas ditas nacionais, mas que, por vezes, deixam as regiões autónomas de fora; falo das incompreensões relativas à mobilidade dos açorianos e dos madeirenses, que comprometem o princípio essencial da continuidade territorial.

E no local próprio, deixai-me dizer em nome do povo açoriano: o que recentemente se passou e se disse, nesta Assembleia, sobre o então subsídio social de mobilidade, simplesmente não deveria ter acontecido.

Aplausos do PS, do L, do BE, do JPP e da Deputada do CH Ana Martins.

Feriu os açorianos, e essas feridas ainda não foram completamente saradas.

Sr. Presidente, falemos de mar. É na gestão do mar que reside um dos maiores diferendos com a República. Ambicionamos participar mais na gestão do mar que nos rodeia e acreditamos que tal é uma vantagem para o País. Lutamos pelo cumprimento e densificação do princípio de gestão partilhada, previsto no nosso estatuto político-administrativo, uma lei da República. Não se compreende que o Estado teime, demasiadas vezes, em legislar desrespeitando o tal princípio, com a validação do Tribunal Constitucional.

Essa incompreensão torna-se ainda mais difícil de aceitar quando olhamos para o percurso realizado pelos Açores: uma região que assumiu compromissos ambiciosos na proteção do oceano; uma região que definiu uma das maiores redes de áreas marinhas protegidas no Atlântico Norte; uma região que investe no conhecimento científico do oceano, no mapeamento dos fundos marinhos, com todas as provas dadas.

O que seria natural esperar do Estado não era resistência e centralização, era confiança e, sobretudo, cooperação; não era a limitação da participação dos Açores, era a valorização do conhecimento e da capacidade que a região tem demonstrado neste domínio.

Um País que possui, nos Açores, uma dimensão marítima desta envergadura deveria mobilizar todas as suas capacidades para melhor governar o seu mar.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Excelência, há uma outra razão pela qual importa olhar para o futuro da autonomia: os Açores não são uma periferia distante. Os Açores e a Madeira conferem dimensão marítima e centralidade atlântica a Portugal e à própria União Europeia. Vitorino Nemésio imortalizou essa visão: «Para nós, a geografia vale tanto como a história» — e continua a valer.

As potencialidades geopolíticas e geoestratégicas dos Açores constituem um ativo extraordinário para a região e para o País, e igualmente para a União Europeia e para a Aliança Atlântica.

Num tempo de profundas transformações internacionais, de novas disputas estratégicas, de crescente valorização do Atlântico, da urgência da proteção das comunicações submarinas, da segurança e da vigilância marítimas, das relações transatlânticas, os Açores assumem uma relevância cada vez maior e que Portugal não pode ignorar. É precisamente por isso que a autonomia deve ser vista como um instrumento de afirmação nacional.

Há 50 anos, o primeiro Presidente da Assembleia Regional, Álvaro Monjardino, afirmou perante o Presidente da República, e cito: «Sr. Presidente, hoje, mais do que nunca, Portugal precisa dos Açores.» Cinco décadas depois, esta frase mantém toda a sua força, porque com os Açores Portugal vale mais — vale mais no Atlântico, vale mais na Europa e vale mais no mundo.

Sr. Presidente, mais do que de palavras e de proclamações, os Açores precisam de compromissos e de ações que ajudem a superar constrangimentos reais e a potenciar plenamente o seu valor estratégico. Tal não é apenas uma questão de autonomia, mas também de soberania.

Saibamos todos estar à altura desta responsabilidade, a bem da Madeira, a bem dos Açores e a bem de Portugal.

Aplausos do PSD, do PS, do L, do BE, do PAN e do JPP.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Ministros da Presidência e dos Assuntos Parlamentares em representação do Governo da República, Srs. Representantes da República para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, Sr.ª Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Madeira, Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Srs. Presidentes dos Governos Regionais, Sr.as e Srs. Deputados à Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados às Assembleias Legislativas Regionais, autoridades civis, militares, judiciais e religiosas, Srs. Antigos Presidentes dos Governos Regionais Alberto João Jardim, Carlos César e Vasco Cordeiro, Sr. Antigo Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira, Sr. José Manuel Rodrigues, portuguesas e portugueses: A sessão de hoje tem um sentido muito especial. Foi nesta Câmara, há 50 anos, que nasceu a autonomia dos Açores e da Madeira. Foi nesta Câmara e na Constituição aqui aprovada que a autonomia ganhou forma. Mas dizer isto não é suficiente, porque a realidade foi mais complexa e continua a ser bem mais complexa.

É verdade que a autonomia não foi decidida numa lei à parte, foi inscrita na própria Constituição. É verdade que a autonomia vem do mesmo texto que deu forma ao poder central e ao sistema político, tal como o conhecemos. É verdade que a autonomia é um dos princípios fundamentais do regime e um dos limites materiais de revisão constitucional. Sim, é verdade. Mas além do princípio constitucionalmente consagrado, a autonomia teve de ser conquistada, passo a passo, medida a medida, nos últimos 50 anos.

Ainda hoje, 50 anos depois, há quem não consiga esconder um certo paternalismo para com as regiões. Há quem pense na autonomia como um favor ou uma concessão revogável pelo poder central. Há quem veja os órgãos regionais como subalternos. Há quem veja a Lei das Finanças das Regiões Autónomas como uma espécie de mesada a dar a um filho mais velho.

Precisamos, sim, de rever a lei das finanças regionais, como foi lembrado, e bem, pelo Sr. Presidente da República e como foi reconhecido, e bem, pelo Governo da República.

Sr.as e Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores, há 50 anos, a Constituição estabeleceu o princípio, mas foram os madeirenses e os açorianos que souberam lutar para garantir a autonomia — um longo processo que ainda está longe de ser terminado —, e é também por isso que hoje não devemos celebrar apenas a autonomia. Devemos celebrar tudo o que a autonomia permitiu aos portugueses que vivem na Madeira e nos Açores.

A autonomia é um meio, um sistema. Quem conheceu a Madeira e os Açores de há 50 anos e conhece a Madeira e os Açores de hoje sabe o mais importante: a autonomia funcionou, a autonomia funciona. São navios a ligar as ilhas e túneis a romper as montanhas; é uma política fiscal própria; são escolas, hospitais e universidades; é uma estratégia de abertura ao turismo e à diáspora; é a capacidade de tomar decisões próximas das pessoas e dos seus problemas.

O desenvolvimento social e económico das regiões autónomas é real. A convergência, ultrapassando barreiras geográficas, é real. Nestes 50 anos, as regiões autónomas portuguesas tiveram mesmo um desempenho económico comparável ou, em certos momentos, superior ao das ilhas espanholas, apesar de partirem de bases diferentes.

Dizer que a autonomia funciona não é uma afirmação meramente política, é um juízo baseado em números e em dados. É factual. A autonomia significa responsabilidade, e responsabilidade significa responsabilização. Também no continente podemos e devemos aceitar estes princípios.

Sr.as e Srs. Deputados, gostamos muito dos Açores e da Madeira, mas nunca vivemos na pele os desafios de cada uma das suas ilhas. Não sabemos o que é crescer e viver com o mar como única fronteira. Não sabemos o que é depender da Marinha para transportar bens essenciais ou da Força Aérea como ambulância.

Não conhecemos a fatura do isolamento e da distância, mas sabemos uma coisa: a Madeira e os Açores nunca quiseram ser conhecidos como regiões ultraperiféricas, quiseram ser regiões autónomas. Os açorianos e os madeirenses nunca quiseram ser conhecidos pelos seus desafios, pelas suas dificuldades; querem ser conhecidos pela autonomia, pelos instrumentos que têm para vencer as dificuldades, pela capacidade de decidir, pelo direito de forjar a sua própria sorte.

Devemos aceitar que não há contradição entre o poder central e a autonomia, que não há contradição entre servir a região e servir o País, que não há distância entre ser açoriano ou madeirense e, como é óbvio, ser português.

Sr.as e Srs. Deputados, esta Casa em concreto conhece bem os exemplos de Guilherme Silva, que saúdo em particular, e de José Medeiros Ferreira;…

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

… de Carlos César e de Alberto João Jardim.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

Mas permitam-me que tribute uma sentida e especial homenagem ao exemplo maior dos Presidentes desta Assembleia, João Bosco Mota Amaral e Jaime Gama.

Aplausos gerais.

E de tantos outros, como é óbvio, Deputados, Eurodeputados e governantes — figuras que aprendemos a respeitar porque serviram o País inteiro sem nunca esquecerem as suas regiões.

Devemos aceitar, de uma vez por todas, o legado destes 50 anos de construção da autonomia. Devemos perceber, 50 anos depois, que mais responsabilidade e maior responsabilização não é direito outorgado ou favor concedido; é a maior oportunidade que uma democracia tem para oferecer aos seus.

Viva os Açores, viva a Madeira, viva Portugal!

Aplausos gerais, de pé.

Antes de encerrar a sessão, queria convidar os presentes a dirigirem-se ao Salão Nobre para assistirem a um vídeo, curto, mas impressivo, alusivo aos 50 anos da autonomia das regiões autónomas.

Declaro encerrada a sessão, sendo que vamos ouvir o hino nacional.

Eram 12 horas e 26 minutos.

A Banda da Guarda Nacional Republicana executou o hino nacional, que foi cantado e aplaudido, de pé, pelos presentes.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.